



**RETRATO DA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES INFANTIS CAMPESINOS, EM
PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA – BA:
UMA ANÁLISE DOS ANOS DE 2012 E 2016**

Cíntia Lopes Vieira de Jesus¹
Cândida Maria Santos Daltro Alves²

INTRODUÇÃO

O interesse em refletir acerca das políticas públicas para a Educação Infantil do campo, no município de Bom Jesus da Lapa – BA surgiu a partir das discussões desenvolvidas em disciplinas ministradas ao longo do curso de Pedagogia, bem como do curso de Mestrado Profissional em Educação e, também, pelo fato de uma de nós ser professora de Educação Infantil que trabalha em espaço campesino. Assim, as vivências que temos tidona Educação Infantil suscitou em nós o desejo de compreender as várias disparidades presentes na Educação Infantil do Campo.

Apesquisaque resultounessasistematização foimotivada pelaleitura de documentos que reconhecem a EI como um direito de todas as crianças de 0 a 5 anos de idade, seja da cidade ou do campo, conforme indicou a Constituição de 1988, a LDBEN 9.394/1996 e mais recentemente a Resolução 05/2009, que firmou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). E, por outro lado, pela constatação de alguns estudos (ANTÔNIO, 2007; ARROYO, CALDART E MOLINA, 2004) que reconhecem que a área campesina ainda enfrenta muitos entraves na tentativa de tornar efetivo este direito.

Considerando que a EI no país ainda enfrenta uma série de desafios relativos à formação docente, às condições e funcionamento das instituições, à disponibilidade de materiais didáticos condizentes às especificidades das crianças dessa etapa educacional, dentre outros, torna-se imprescindível o estudo dessa temática, porque carece, de forma mais significativa, de atenção e de uma política que respeite a diversidade da população campesina, conforme reivindicações de muitos movimentos sociais (SOUZA, 2008).

1 Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Professora da rede pública municipal em Bom Jesus da Lapa – BA. Endereço eletrônico: cinthiavieira1988@hotmail.com

2 Orientadora e professora do Programa de Mestrado Profissional (PPGE), na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Endereço eletrônico: cãndida_alves@yahoo.com.brUESC



É a partir da afirmação da especificidade da EI para as crianças do campo encontrada nos documentos legais que versam sobre a infância e a educação infantil brasileira, bem como, da revisão de literatura que afirma a necessidade de uma política de educação infantil que leve em conta os contextos culturais das crianças, que questionamos como o município de Bom Jesus da Lapa tem estruturado a oferta e organização pedagógica da Educação Infantil para a infância campestre.

Junto a isso, também nos instiga saber se a proposta pedagógica municipal incorpora as especificidades dessa infância, conforme indicam as lutas dos movimentos sociais do campo e os documentos norteadores do MEC, no tocante à formação docente. Nesse cenário de reformas educacionais implementadas a partir dos anos 1990 no Brasil, e seus desdobramentos nos textos legais que asseguram os direitos da criança à educação em creches e pré-escolas, o objetivo desta pesquisa foi analisar como se tem percebido a formação dos professores da EI Campestre no perímetro de irrigação do município de BJJL – BA, no contexto das políticas públicas, nos anos de 2012 e 2016.

METODOLOGIA

Tendo em vista os diversos atores envolvidos nesse processo, a estratégia metodológica desenvolvida foi baseada na combinação do emprego de instrumentos quantitativos e qualitativos. Lüdke e André (1986) justificam o uso de metodologias qualitativas em educação em função da complexidade dos fenômenos educacionais, afirmando que “cada vez mais se entende o fenômeno educacional como situado dentro de um contexto social, por sua vez inserido em uma realidade histórica, que sofre toda uma série de determinações”. (p. 5). Segundo Lakatos e Marconi (1985), a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são fundamentais no processo de pesquisa qualitativa.

Outro fator primordial para o desenvolvimento dessa pesquisa foi a utilização do tipo estudo de caso, que por sua vez criou possibilidades para haver uma vivência mais significativa entre as pesquisadoras e o campo pesquisado. Assim, o primeiro passo desta se referiu aos momentos iniciais, primeiros contatos com o objeto de estudo da pesquisa e os envolvidos nele; o segundo, às atividades desenvolvidas para coletar os dados fundamentais à pesquisa; o terceiro, a análise dos dados coletados e, por fim, a construção do relatório que registrou a pesquisa realizada.

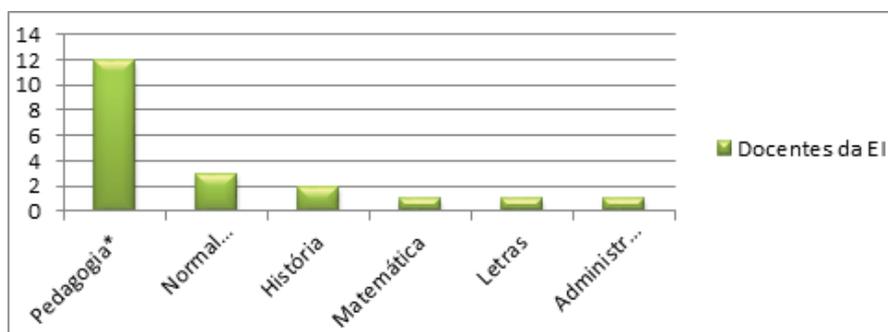


RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fim de analisar o perfil dos educadores da primeira infância, que lidam em espaços campestres, no referido município, foi feita uma pesquisa em 2012, acerca das Políticas Públicas da Educação Infantil na modalidade em pauta. Após alguns anos, os mesmos dados serviram de marco para a análise da mesma pesquisa realizada em 2016. Em 2012, o município de BJJ – Bahia possuía 70 instituições públicas municipais, sendo destas, 57 em espaços não-urbanos. Em 2016, o número de instituições era de 80, sendo 53 no campo. Devido o grande número de instituições campestres, a primeira parte da pesquisa se deu em 12 escolas, sendo 6 em comunidade/perímetro de irrigação, ou seja, não sofrem efeitos de problemas como a seca, ao contrário das demais, e 6 em comunidades remanescentes quilombolas. Para este recorte utilizamos apenas as instituições situadas em perímetro de irrigação. Tal escolha se justificou pelo fato de se localizarem em região de fácil acesso e o prédio de todas elas serem próprios.

Reportando-nos aos primeiros dados, consta que o Perímetro de Irrigação, em 2012, contava com vinte professoras atuantes, destas todas com formação em nível superior ou estavam em curso, no entanto apenas 12 eram graduadas/graduandas do curso de Pedagogia, como pode ser observado no gráfico abaixo:

GRÁFICO 01: Formação docente dos profissionais do Perímetro de Irrigação de BJJ – BA, 2012.



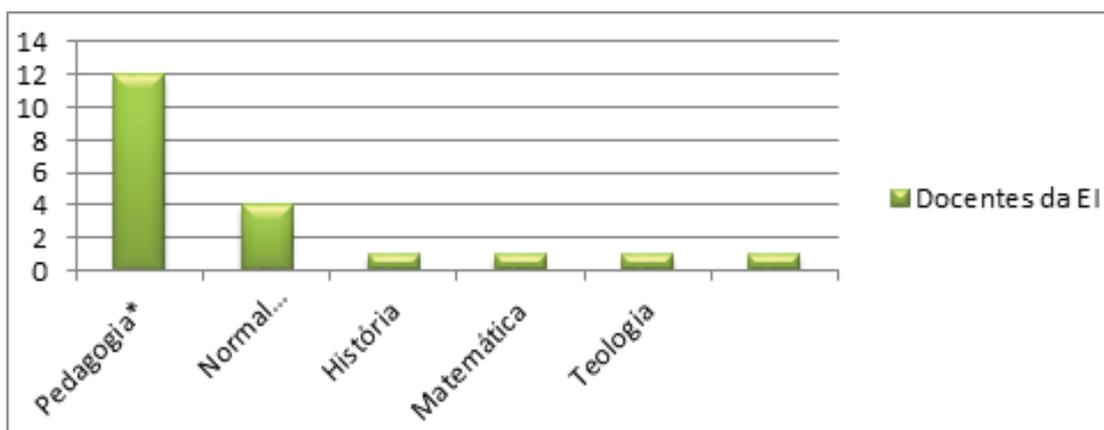
Fonte: Dados da Pesquisadora, a partir de questionário aplicado em junho de 2012.

Nota-se que 25% das professoras não têm formação em Pedagogia ou em Normal Superior, pré-requisito para atuarem na primeira etapa da Educação Básica. Há ainda uma profissional que embora seja graduada, não possui licenciatura, o que foge mais ainda



dos preceitos referentes ao ensino formal, de qualquer etapa. Em 2016, o número de profissionais que atuavam na primeira infância, é de 21 e está distribuído conforme o gráfico 02, abaixo representado.

GRÁFICO 02: Formação docente dos profissionais do Perímetro de Irrigação de BJL - BA, 2016.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2016.

Considerando, pois, as informações acima, percebemos um número considerável de professoras que cursam outras graduações que não correspondem à formação do pedagogo, bem como uma professora que ainda não teve oportunidade de cursar uma faculdade. Isso nos remete à fala de Arroyo (2004, p. 71) ao afirmar que para a escola da zona rural qualquer coisa serve “A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler ensina alguém a não saber quase ler”.

Formar educadores para atuarem no campo é uma necessidade da qual a Educação no país tem sentido extrema urgência. Por mais que saibamos que tanto a EI como a EC, possuem um perfil de profissional para lidar com as mesmas, torna-se complicado formar educadores que o atendam. Percebe-se que há pouca mudança na compreensão da educação de crianças pequenas, pois há quem ainda crê que para estar em contato com estas basta ter paciência, amor, agilidade e instinto materno. Entretanto, pesquisadores brasileiros (ALBUQUERQUE, 2007. ALMEIDA, 2007. MUNERATO, 2005) vêm tentando dar outro rumo à formação dos educadores da primeira etapa.

Se considerarmos a formação das docentes da EI atuantes no campo, cabe refletir sobre a fala de Rodrigo³ – Pedagogo da terra – Membro do Coletivo regional e estadual do CETA quando diz sobre a educação que a mesma “precisa avançar, especialmente no

3 Coordenador Geral da Associação dos Pequenos Produtores de Barra da Ipueira. Lembramos que os nomes das pessoas utilizados na pesquisa são fictícios para preservar a identidade dos sujeitos.



que se refere à formação de educadoras e educadores comprometidos com a vida social, educacional das crianças do campo”. (2012). Partindo da realidade apresentada, alguns critérios mínimos devem ser considerados, a fim de melhorar a educação oferecida às crianças pequenas que residem tanto na cidade como no campo, no último espaço o descaso e falta de atenção é ainda maior, pois poucos profissionais habilitados – no ensino superior – vão para o meio rural, se este for de difícil acesso.

CONCLUSÕES

Considerando a educação do campo, desde a sua gênese, é real que a mesma foi marcada por desigualdades, onde as suas populações foram histórica e culturalmente desvalorizadas em relação à cidade. E, por meio de observações em instituições de EI constatamos que parte das mesmas não está condizente com o que sugere a legislação, pois de acordo com o Art. 2º [HYPERLINK “http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%207.352-2010?OpenDocument”](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%207.352-2010?OpenDocument) [HYPERLINK “http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%207.352-2010?OpenDocument”](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%207.352-2010?OpenDocument), o primeiro princípio da educação do campo é o “respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia”.

Sabemos que os desafios a serem superados são muitos, no entanto, algumas melhorias são evidentes. Nesta pesquisa, por exemplo, permitiu-se evidenciar que a inserção na formação acadêmica, por parte dos docentes, tem crescido. Em contrapartida, não há uma política de educação infantil do campo no município em foco, que respeite a criança camponesa, e sim políticas de educação infantil municipal que são efetivadas no campo, mas que não incorporam as discussões sobre as especificidades da infância campesina, objeto das reivindicações de movimentos sociais.

Palavras-chave: Formação de educadores. Educação do Campo. Educação Infantil.

REFERÊNCIAS



ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salette. MOLINA, Mônica Castagna. (Organizadores). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil**. Secretária de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – 6. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.: **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo. Ed. Atlas, 1985.

_____. Presidência da República. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Decreto Nº 7.352 de 4 de novembro de 2010.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.